

A crise da convergência

O mundo está vivendo a ajustagem à nova etapa do ciclo histórico deslançado pelas Revoluções Industrial e Francesa, continuado nos 1800 pelo capitalismo liberal (ou nem tanto, haja vista o protecionismo dos defasados...) e nos 1900 pelos coletivismos antiliberais fascistas, marxistas-socialistas revolucionários, intervencionistas e do capitalismo de Estado.

A nova etapa vem tendo sua concretização dificultada por alguns efeitos nocivos da associação da tecnologia moderna com a internacionalização da economia. No Brasil de 1998, ela está sendo atribulada também pela crise da convergência entre a conjuntura eleitoral e alguns movimentos sociais (um ou outro com postulações mais ou menos revolucionárias) influentes naquela conjuntura, que "exploram" (distorcendo) problemas decorrentes de herança histórica e da expansão demográfica (100 milhões ou três Argentinhas em cinco décadas) e não se constroem por atuar à margem da lei, ao amparo da interpretação licenciosa do direito democrático e do conceito de que os fins justificam os meios.

A ajustagem histórica é vivida no Brasil por três correntes político-ideológicas básicas.

Uma, liberal-conservadora, que diviniza o mercado e preconiza o Estado apenas mantenedor da ordem jurídica e pública necessária ao progresso indutor automático (?) do bem-estar social – o que não a inibe de cobrar dele vantagens e subsídios. Seus "mais à direita" são simpáticos ao autoritarismo que lhes assegure proteção e seus "mais à esquerda" aceitam composições de conteúdo social.

Outra, dos social-democratas (da junção com os liberais à junção com os moderados dos coletivismos), que aceita o mercado regulado por parâmetros sociais e é reformista na democracia representativa do sufrágio universal.

Finalmente, a terceira, que procura manter o Estado onipotente e onipresente, insistindo no intervencionismo, no capitalismo de Estado e no socialismo, tudo exigente de maior participação estatal no PIB e de restrições e comandos só viáveis com o autoritarismo explícito (impossível sem os milita-



Vença FHC ou Lula o pleito presidencial, deverá ocorrer uma exacerbação do sectarismo

res) ou com o travestido de democracia (o da pressão agressiva das minorias, inclusive sobre o Parlamento). Insere-se nessa corrente parte da Igreja Católica, que, penitente por séculos de mistificação útil às oligarquias, com a promessa aos miseráveis da compensação "futura", passou hoje a considerar heresia o liberalismo e o mercado.

A partir deste ponto, este artigo trata da influência do setor sectário da terceira corrente sobre a crise da convergência e seus reflexos, setor que, subliminar ou explicitamente, concorda com a opinião de um deputado (Estado, 3/5/98) de que "as demais esquerdas são democráticas, não socialistas", com as opiniões de Lenin de que "nenhuma reforma pode ser definitivamente conquistada se não for sustentada pelos métodos revolucionários das lutas de massas", de que "o reformismo é uma farsa burguesa contra a sociedade".

O qualificativo "sectário" é importante, pois os moderados da corrente tenderiam à composição com a social-democracia, aportando-lhe o que ainda há de útil nos coletivismos e é viável na democracia, não fossem eles contidos pela patrulha sec-

tária atuante no campo eleitoral – até porque sabem que suas contribuições às reformas, à margem do populismo autoritário e da aventura revolucionária, passam pela composição, factível se superados os ressentimentos eleitorais.

No fundo, a crise da convergência decorre da pouca confiança do sectarismo de esquerda no processo democrático, que também existe na extrema direita, mas pouco relevante, porque a maioria dos liberais é democrática, ao passo que a nossa conjuntura induz o apoio (a contragosto, vá lá) à esquerda sectária da moderada e democrática. Beneficiando-se da liberdade democrática, a esquerda sectária atua na presunção de ser a vanguarda messiânica de mudanças rápidas e profundas (até mesmo em marcha à ré...). Uma presunção que estimula a guerrilha jurídico-política antiprivatizações e a leva a entender a reforma agrária mais como instrumento revolucionário do que como meta viável no regime vigente (não é à toa que o Banco da Terra, criado para democratizar o modelo fundiário, não "entusiasma", porque, pautado na compra, não castiga a "burguesia" rural via desapropriação).

Esse cenário é refletido nas manifestações e idéias do cotidiano da mídia, preocupantes, por vezes ilegais, antidemocráticas e até violentas, que exaltam o conflito social rural e urbano; acusam o governo de não

ouvir a sociedade (mesmo quando condicionado pelo Congresso que a representa), de se submeter a desígnios externos (FMI, Banco Mundial, Consenso de Washington, etc.) e de ser autoritário quando o eleito pelo povo se opõe, com apoio na lei, às intenções corporativas; incentivam os estrangeiros a não investir no Brasil (o que pensa a respeito a esquerda moderada, presumindo-se no poder?); insinuam soluções mágicas para nossos problemas, atribuindo ao governo a "falta de vontade política" que, para prestidigitagens, implicaria desrespeito à ordem jurídica, e por aí vai. Além de fatos graves, como cerco de delegacias (!) pela liberdade de presos legalmente detidos; invasões rurais e urbanas orquestradas com competência, atropelando o direito a pretexto de questões cujas soluções possíveis na democracia estão em curso; bloqueios e saques, idem; desordens agressivas a pessoas, ao Congresso e a outros órgãos públicos; greves em serviços públicos essenciais (decididas por minorias ativas, além da inspiração corporativa, elas costumam ter inspiração ideológica que, à custa da punição do povo, procura impor seus desígnios – uma inspiração antidemocrática e revolucionária), etc. Enfim, casos típicos de mistura de oposição ao governo com oposição ao regime, não raramente apimentada pelo interesse corporativo e pela violação da lei, que por vezes aproxima o ilícito de inspiração sociopolítica ou ideológica da criminalidade comum.

Tudo esse imbróglio nos permite conjecturar que, se Fernando Henrique Cardoso for reeleito, deverá ocorrer um aumento dos movimentos contaminados pelo sectarismo. Se Lula vencer e prevalecer a moderação (como aparenta ser seu desejo), após um período de moratória, quando o sectarismo entender que pouco mudará rápida e radicalmente, ocorrerá a mesma exacerbação. Ambas as hipóteses acuciam o Estado Democrático de Direito, podendo estimular a tentação do autoritarismo – o clássico ou o apoiado na pressão de minorias. Onde se situariam as Forças Armadas – hoje em discreto recesso político – numa situação dessa natureza? Influenciariam os acontecimentos, como influenciaram no passado, até mesmo pondo fim à aventura à Kerenski em 1964? Ou repetirão a atitude apolítica de 1992, até então inédita na República?

